



AGRÍCOLA RIO GALHÃO S.A.

NIRE 17.300.003.085
CNPJ/MF nº 13.429.096/0001-50

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
REALIZADA EM 11 DE SETEMBRO DE 2023

DATA, HORA, LOCAL: Aos 11 dias do mês de setembro de 2023, às 10:00 horas, na Fazenda Ponte Alta, Loteamento Ponte Alta, Lote 8A, Gleba 22, 6ª Etapa, Zona Rural, Mateiros, CEP 77593-000, Estado do Tocantins, sede social da companhia. **CONVOCAÇÃO:** Dispensada nos termos do parágrafo 4º, do Artigo 124, da Lei 6.404/76. **PRESENÇA:** acionistas representando a totalidade do capital social, nessa qualidade e também na de diretores da Companhia conforme assinaturas constantes do Livro de Registro de Presença dos Acionistas da mesma. **COMPOSIÇÃO DA MESA:** Presidente: Fernando Luis Cardoso Bueno e Secretário: Sergio Battistella Bueno. **ORDEM DO DIA:** **1** exame, discussão e votação das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022; **2** destinação do resultado do exercício; **3** fixação do limite do valor da remuneração anual global a ser paga aos diretores da Companhia para o exercício fiscal de 2023; **5** outros assuntos do interesse social. **DELIBERAÇÕES:** Na conformidade da Ordem do Dia, após os esclarecimentos do Presidente quanto ao atraso na convocação desta AGO motivado pela entrega do relatório de auditoria pela GT após o prazo regulamentar para sua realização, as seguintes deliberações foram tomadas, por unanimidade de votos deixando de votar os legalmente impedidos: **1** foram aprovadas, sem reservas, as contas dos administradores, consubstanciadas no Relatório e nas Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, devidamente auditadas, documentos esses anexados à presente ata como **DOCUMENTOS I e II**, tendo sido dispensada sua publicação e dos anúncios a que se refere o artigo 133 da Lei nº 6.404/76, nos termos dos Artigos 294, II e 133, §4º da Lei nº 6.404/76, respectivamente; **2** sendo negativo o resultado do exercício decidiu a assembleia fosse o mesmo compensado com a rubrica lucros acumulados e o saldo, após a constituição da reserva legal, passasse a constituir reserva de lucros. **3** foi fixada, para o presente exercício social, uma remuneração anual e global de até R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para a Diretoria da Companhia, a qual será distribuída entre seus membros conforme decidirem em Reunião própria. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, e como ninguém desejasse fazer uso da palavra, foi encerrada a reunião, da qual lavrou-se



a presente ata em livro próprio, que lida e achada conforme, foi por todos assinada de forma eletrônica, autorizada sua publicação na forma da legislação em vigor, por meio eletrônico ou físico, sob a forma de resumo ou integralmente. **Presente a totalidade dos acionistas:** Mathias Alexey Woelz, Fernando Luis Cardoso Bueno, Sergio Battistella Bueno, Paulo Battistella Bueno, Marcelo Battistella Bueno, João Pedro Ferraz Bueno, Laercio Aparecido Branco, Sebastião da Silva Pimentel Júnior, Praxis Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda. e Eliton de Almeida Santos. Mateiros - TO, 11 de setembro de 2023.

FERNANDO LUIS CARDOSO BUENO
Presidente da Mesa

SERGIO BATTISTELLA BUENO
Secretário da Mesa

ACIONISTAS:

MATHIAS ALEXEY WOELZ

FERNANDO LUIS CARDOSO BUENO

SERGIO BATTISTELLA BUENO

PAULO BATTISTELLA BUENO

MARCELO BATTISTELLA BUENO

JOÃO PEDRO FERRAZ BUENO
p.p. Marcelo Battistella Bueno

LAÉRCIO APARECIDO BRANCO
p.p. Marcelo Battistella Bueno

SEBASTIÃO DA SILVA PIMENTEL JÚNIOR
p.p. Marcelo Battistella Bueno

PRAXIS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA
FERNANDO LUIS CARDOSO BUENO - ADMINISTRADOR

ELITON DE ALMEIDA SANTOS

FERNANDO LUIS CARDOSO BUENO
OABTO 2537A

Agrícola Rio Galhã S.A.

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente nº 236TN-037-PB

Em 31 de dezembro de 2022



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2022 e 2021	6
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021	12

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.

Av. Luiz Eduardo Toledo Prado, 870 -
6º andar, Sala 602 - Vila do Golf,
Ribeirão Preto (SP) Brasil

T +55 16 3103-8940

Aos Administradores e Acionistas da
Agrícola Rio Galhã S.A.
Mateiros – TO

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da Agrícola Rio Galhã S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e o seu fluxo de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

Reconhecimento de transação venda de lotes rurais

A Companhia contabilizou de forma incorreta na data base uma transação de venda de lotes rurais, e seus efeitos, que incluem o reconhecimento de receita do contrato formalizado no valor de R\$ 141.814.000, realização do adiantamento de clientes no montante de R\$ 15.521.280, realização do saldo de estoques no montante de R\$ 14.053.816, impactos tributários oriundos dessa transação em montantes aproximados de R\$ 10.417.656. Conseqüentemente, em 31 de dezembro de 2022, o resultado do exercício e o patrimônio líquido estão subavaliados em aproximadamente R\$ 101.821.248, líquido dos efeitos tributários aproximados. A Administração da Companhia está em fase de conciliação para o correto registro da transação.

Reconhecimento de atualização de saldo com fornecedores e realização de depósito judicial

Conforme Nota Explicativa nº 12 a Companhia não contabilizou a atualização do saldo junto a fornecedor, no montante de R\$ 6.187.812, o qual resultaria em um saldo atualizado de fornecedores de R\$ 13.993.195. Entretanto para esse evento de atualização não contabilizado a Administração efetuou um depósito judicial, conforme Nota Explicativa nº 21, no montante de R\$ 11.728.790, para a resolução judicial do contrato. Conseqüentemente, em 31 de dezembro de 2022, o resultado do exercício e o patrimônio líquido estão subavaliados em R\$ 6.187.812.

Limitação de escopo – Reconhecimento de receita arrendamentos

Na realização de nossos exames das demonstrações financeiras, não obtivemos documentação de auditoria apropriada e suficiente para concluir quanto ao registro das receitas oriundas do arrendamento de lotes rurais, as quais a Administração está em fase de levantamento dessas documentações. Dessa forma não foi possível, nas circunstâncias, realizarmos procedimentos alternativos de auditoria para avaliarmos a necessidade de constituição, complemento ou baixa de saldos que eventualmente não tenham sido registradas e/ou divulgados nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com estas normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso desta base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a estes riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; e
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 31 de julho de 2023

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.
CRC 2SP-037.321/O-0 F SP



Marcelo Castro Valentini
Contador CRC 1SP-239.472/O-2

Agrícola Rio Galhã S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em reais)

ATIVO

	<u>Notas</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.476.858	625.174
Aplicação financeira	5	3.840.972	-
Contas a receber	6	3.141.770	6.299.466
Ativo biológico	8	19.168.946	25.449.545
Estoques	7	60.208.006	61.620.579
Impostos a recuperar	-	2.086.705	1.460.124
Adiantamento a fornecedor	-	337.213	434.540
Total do ativo circulante		<u>90.260.470</u>	<u>95.889.428</u>
Ativo não circulante			
Depósitos Judiciais	21	11.728.790	-
Impostos a recuperar	-	5.047	5.047
Investimentos	9	253.287	221.792
Imobilizado	11	15.929.773	12.031.266
Total do ativo não circulante		<u>27.916.897</u>	<u>12.258.105</u>
Total do ativo		<u>118.177.367</u>	<u>108.147.533</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Agrícola Rio Galhã S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	<u>Notas</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Passivo circulante			
Fornecedores	12	2.264.405	656.081
Empréstimos e financiamentos	13	28.661.208	16.763.426
Impostos a recolher	-	91.074	7.776
Salários e ordenados	-	3.416	3.499
Adiantamentos de clientes	14	15.521.280	-
Partes relacionadas		3.782.656	-
Total do passivo circulante		<u>50.324.039</u>	<u>17.430.782</u>
Passivo não circulante			
Fornecedores	12	5.540.978	5.540.978
Empréstimos e financiamentos	13	13.710.967	12.016.827
Partes relacionadas	10	22.648.186	39.138.345
Impostos diferidos	18	172.545	342.159
Total do passivo não circulante		<u>42.072.676</u>	<u>57.038.309</u>
Patrimônio líquido	15		
Capital social	-	20.000.000	20.000.000
Reserva Legal		720.137	720.137
Reserva de lucros (prejuízos acumulados)	-	5.060.515	12.958.305
Total do patrimônio líquido		<u>25.780.652</u>	<u>33.678.442</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>118.177.367</u>	<u>108.147.533</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Agrícola Rio Galhã S.A.

Demonstrações de resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em reais)

	<u>Notas</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Receita operacional líquida	16	22.033.757	14.523.491
Variação do valor justo do ativo biológico	8	(5.509.611)	6.153.456
Custo dos produtos vendidos	17	(17.694.444)	(7.761.420)
Resultado bruto		<u>(1.170.298)</u>	<u>12.915.527</u>
Despesas gerais e administrativas	17	(3.057.679)	(1.122.455)
Outras receitas e despesas operacionais	18	(69.649)	5.049.064
Resultado antes do resultado financeiro e impostos		<u>(4.297.626)</u>	<u>16.842.136</u>
Resultado financeiro	18	(2.951.186)	(1.839.424)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>(7.248.812)</u>	<u>15.002.712</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	169.615	(189.355)
Imposto de renda e contribuição social correntes	20	(818.593)	(1.543.775)
Resultado do exercício		<u>(7.897.790)</u>	<u>13.269.582</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Agrícola Rio Galhã S.A.

Demonstrações do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em reais)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Resultado do exercício	----- (7.897.790) -----	----- 13.269.582 -----
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>----- (7.897.790) -----</u>	<u>----- 13.269.582 -----</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Agrícola Rio Galhão S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em reais)

	Capital social	Reserva Legal	Reserva de Lucros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	20.000.000	56.658	352.202	20.408.860
Resultado do exercício	-	-	13.269.582	13.269.582
Constituição reserva legal	-	663.479	(663.479)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	20.000.000	720.137	12.958.305	33.678.442
Resultado do exercício	-	-	(7.897.790)	(7.897.790)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	20.000.000	720.137	5.060.515	25.780.652

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Agrícola Rio Galhã S.A.

Demonstrações do fluxo de caixa - Método indireto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em reais)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do exercício	(7.897.790)	13.269.582
Ajustes por:		
Depreciação	697.756	311.479
Variação do valor justo do ativo biológico	5.509.611	(6.153.456)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	2.610.799	2.750.022
Impostos diferidos	(169.614)	189.355
	<u>750.762</u>	<u>10.366.982</u>
Variação nos ativos e passivos		
Contas a receber	3.157.696	(6.299.466)
Impostos a recuperar	(626.581)	(650.372)
Ativo biológico	770.988	(7.259.216)
Estoques	1.412.573	2.392.989
Adiantamentos a fornecedores	97.327	(391.674)
Fornecedores	1.608.324	269.080
Salários e ordenados	(83)	262
Adiantamentos de clientes	15.521.280	(114.345)
Impostos a recolher	83.298	(3.788)
Depósitos judiciais	(11.728.790)	-
	<u>11.046.794</u>	<u>(1.689.548)</u>
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais		
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aplicação financeira	(3.840.972)	276.230
Investimentos	(31.495)	5.907.778
Imobilizado	(4.596.263)	(752.181)
	<u>(8.468.730)</u>	<u>5.431.827</u>
Caixa líquido utilizado (proveniente) nas atividades de investimento		
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Captação	26.007.769	18.871.975
Pagamento (principal e juros)	(15.026.646)	(28.924.248)
Parte relacionada (captação)	4.149.015	(6.419.801)
Parte relacionada (pagamentos)	(16.856.518)	13.281.959
	<u>(1.726.380)</u>	<u>(3.190.115)</u>
Caixa aplicado nas atividades de financiamento		
	<u>851.684</u>	<u>552.164</u>
Aumento (Diminuição) do caixa e equivalentes de caixa		
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa - no início do exercício	625.174	73.010
Caixa e equivalentes de caixa - no final do exercício	1.476.858	625.174
	<u>851.684</u>	<u>552.164</u>
Aumento (Diminuição) do caixa e equivalentes de caixa		

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em reais)

1. Contexto operacional

A Agrícola Rio Galhã S.A. (“Companhia”) constituída em 09 de novembro de 2010, com o capital social de R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais), a integralizar, é uma companhia de capital fechado, com sede na cidade de Mateiros – TO e tem por objeto social: **(i)** a compra, venda, arrendamento e produção agrícola direta e/ou em parceria de imóveis rurais; **(ii)** a produção agrícola e agropecuária – criação, recria, engorda, compra e venda de bovinos para corte, diretamente ou em parceria; **(iii)** o comércio atacadista de cereais e leguminosas beneficiados; **(iv)** os serviços de pulverização, aplicação de defensivos, fertilizantes e controle de pragas agrícolas; **(v)** serviços de supressão e poda de árvores para lavouras; **(vi)** os serviços de correção, adubação, preparo do terreno, plantio, cultivo e colheita de produtos agrícolas e outras atividades de apoio à agricultura; **(vii)** a participação, em caráter permanente ou temporário, no capital e nos resultados de outras companhias, nacionais e estrangeiras, na condição de acionista, sócia, quotista ou titular de debêntures e **(viii)** a participação em empreendimentos imobiliários rurais. Em 29 de novembro de 2013, houve a integralização de capital no montante de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais).

Planejamento e desenvolvimentos sustentáveis

A Agrícola Rio Galhã (ARG) se inspira na tabela de materialidade da SASB para estruturar suas práticas de ESG, organizadas em cinco dimensões amplas de sustentabilidade: Ambiental, Social, Capital Humano, Modelo de Negócios & Inovação, Liderança & Governança.

Dimensão Ambiental

Na Agrícola Rio Galhã (ARG) valoriza-se a produção agrícola sustentável - ou também chamada “agroambiental”, que é aquela que procura manter a resiliência dos ecossistemas produtivos. Cinco aspectos norteiam a ARG na sua conduta ambiental: conservação da biodiversidade, redução da pegada de carbono, energia renovável, gestão de água e uso eficiente de recursos.

- a) Biodiversidade: a ARG procura conservar a biodiversidade em percentuais acima dos exigidos pelo Código Florestal Brasileiro. Mantém sua reserva legal sempre acima dos mínimos exigidos, sempre preservadas as APPs e Veredas. A empresa é livre de autos de infração ambiental ou de termos de ajustamento de conduta. Suas terras são registradas no CAR Nacional, são devidamente tituladas com georreferenciamento certificado pelo Inra. As atividades agrícolas na ARG são licenciadas, incluindo o cultivo e a infraestrutura industrial e energética implantada na propriedade.

- b) Redução da Pegada de Carbono: A ARG utiliza o plantio direto, que é um dos sistemas mais eficazes no sequestro de carbono, oriundo de um dos principais gases causadores do efeito estufa, o CO₂ (dióxido de carbono).
- c) Energia Renovável: Em 2020, ARG implantou uma usina de produção de energia fotovoltaica para alimentar todas as suas unidades consumidoras, introduzindo o excesso de geração na linha de transmissão da concessionária local, Energisa.
- d) Gestão da Água, fauna e flora: A ARG submete ao Naturatins o resultado de campanhas com estudos sobre a fauna, flora e água na sua micro região, objetivando ajustar seu Programa Ambiental de longo prazo. Ao mesmo tempo em que preserva suas fontes de captação e recursos hídricos com exames periódicos de qualidade das águas, mantém rigoroso programa de combate e prevenção a incêndios, para o que prepara a implantação de uma brigada específica para isso a ser dotada de treinamento e equipamentos especiais para sua operação.
- e) Uso eficiente de recursos: Aumentar a produtividade do solo e otimizar as atividades agrícolas é uma das metas da ARG. Estão sendo implantados sistemas de integração lavoura, pecuária, floresta (ILPF), com projeto para produção inicial de 1.300 cabeças de gado/ano e experimentação de variedades de eucalipto. Além disso, foi instalado um silo para pré-limpeza e secagem de grãos que contribuiu para a otimização da logística produtiva e comercial, sendo este o segundo ano de seu funcionamento. Os resíduos desse beneficiamento são utilizados para alimentação suplementar do rebanho.

Dimensão Capital Social

Contribuir para o bem estar do nosso entorno faz parte dos valores da ARG. Desde o início de suas atividades a ARG se preocupa com as populações ribeirinhas e quilombolas dos municípios vizinhos, principalmente os localizados no Jalapão. A ARG apoiou o Governo do Tocantins na organização da cadeia produtiva do Capim Dourado, promovendo sua divulgação e a geração de oportunidades de negócio para diferentes comunidades. Participou na reforma da Escolinha e da ponte sobre o Rio Galhão, na Comunidade Galhão, implantando uma horta comunitária na mesma. Forneceu vigamento de concreto para a reconstrução da ponte de acesso à Comunidade Quilombola da Mumbuca. Contribuiu para a construção da Escolinha da Comunidade da Boa Esperança, anexa à Comunidade Quilombola da Mumbuca, a quem apoia todos os anos com a Festa da Colheita do Capim Dourado.

Disponibilizou seus maquinários e colaboradores para auxiliar na manutenção das estradas de uso das comunidades do entorno. Além disso, a ARG catalisou uma campanha em São Paulo para a captação de livros destinados às bibliotecas municipais de Mateiros, Ponte Alta, Lagoa do Tocantins e Rio dos Bois, o que permitiu a doação de mais de 10.000 livros para estas comunidades.

Dimensão Capital Humano

A ARG valoriza a saúde e o bem estar dos seus colaboradores. Possui assistência permanente de engenheiro especializado em normas técnicas de segurança no trabalho e leis trabalhistas para cumprimento e conformidade pela administração e colaboradores. Através de um convênio permanente com SENAR, a ARG oferece treinamentos de aperfeiçoamento aos colaboradores, preferencialmente de Corrente-PI e de Mateiros-TO, para atividades como proteção pessoal e uso de EPIs, operação e manutenção de máquinas agrícolas, reciclagem e retorno de embalagens de produtos de uso agrícola (logística reversa), trabalho em espaço confinado e em altura, dentre outros. Durante a pandemia do Covid 19, a ARG valorizou seu capital humano, preservou integralmente as relações de emprego, mantendo seus colaboradores e sustentando integralmente suas remunerações.

Modelo de Negócios & Inovação

A ARG acredita no poder do coletivo. Oferece premiação de seus colaboradores destacados com participações societárias, transformando-os em sócios do negócio. Escolha sua produção com os mais renomados players internacionais, que exijam de seus fornecedores cumprimento dos princípios ESG.

Liderança & Governança

Desde sua fundação em 2013 a ARG submete suas contas anuais à apreciação e auditoria de renomadas empresas especializadas como a Grant Thornton. A empresa busca diversificar suas fontes de *funding* para financiamento de seus projetos e de sua operação agropecuária, utilizando-se para tanto das maiores instituições financeiras públicas e privadas no país, o que lhe assegura equilíbrio em seu perfil de dívida e estabilidade em sua captação de recursos no mercado. São elas: Banco do Brasil, Banco da Amazônia, Bradesco e Sicoob Cocred.

2. Base de preparação

Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As presentes demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A emissão das demonstrações contábeis da Companhia foi aprovada em 31 de julho de 2023.

Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. As demonstrações contábeis são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação de demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

3. Apresentação das demonstrações e principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente nessas demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

As principais políticas contábeis adotadas pela Companhia na elaboração das demonstrações contábeis são:

a) Instrumento financeiro

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia quando os mesmos forem parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos financeiros

Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. A classificação é feita com base tanto no modelo de negócios da Companhia, para o gerenciamento do ativo financeiro, quanto nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro.

Classificação dos ativos financeiros

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado:

- i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais; e
- ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

- i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros; e
- ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Custo amortizado

O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do exercício correspondente.

Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados (isto é, ativos sujeitos à redução ao valor recuperável no reconhecimento inicial), a taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções), excluindo perdas de crédito esperadas, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil bruto do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial.

Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, uma taxa de juros efetiva ajustada ao crédito é calculada descontando os fluxos de caixa futuros estimados, incluindo as perdas de crédito esperadas, para o custo amortizado do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial.

O custo amortizado de um ativo financeiro corresponde ao valor com base no qual o ativo financeiro é mensurado na data do reconhecimento inicial, deduzido da amortização do valor do principal, acrescido da amortização acumulada usando o método da taxa de juros efetiva de qualquer diferença entre o valor inicial e o valor no vencimento, ajustado para qualquer provisão para perdas.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro corresponde ao custo amortizado de um ativo financeiro antes do ajuste para qualquer provisão para perdas. A receita de juros é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva para instrumentos da dívida mensurados subsequentemente ao custo amortizado. Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, a receita de juros é calculada aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro, exceto por ativos financeiros que subsequentemente se tornam ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável. Para ativos financeiros subsequentemente sujeitos à redução ao valor recuperável, a Companhia reconhece a receita de juros aplicando a taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro. Se, em exercícios subsequentes, o risco de crédito do instrumento financeiro sujeito à redução ao valor recuperável melhorar de modo que o ativo financeiro não esteja mais sujeito à redução ao valor recuperável, a receita de juros é reconhecida aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro.

A receita de juros é reconhecida no resultado e incluído na rubrica "Receitas financeiras" (Vide Nota Explicativa nº 17).

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado abrangente

Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio do resultado abrangente caso ele satisfaça ao critério de fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros em aberto, e que seja mantido em um modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Não aplicável para a Companhia.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo através do resultado quando os ativos não atendem os critérios de classificação das demais categorias anteriores ou quando no reconhecimento inicial for designado para eliminar ou reduzir descasamento contábil.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupos de ativos financeiros, não é recuperável, tendo como base um ou mais eventos que tenham ocorrido depois do reconhecimento inicial do ativo e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for: (i) uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios; (ii) mantido para negociação; ou (iii) designado ao valor justo por meio do resultado.

Contratos de garantia financeira

Os contratos de garantia financeira são contratos que requerem pagamento para fins de reembolso do detentor por perdas por ele incorridas quando o devedor especificado deixar de fazer o pagamento devido segundo os termos do correspondente instrumento de dívida. Contratos de garantia financeira são inicialmente reconhecidos como um passivo a valor justo, ajustado por custos de transação diretamente relacionados com a emissão da garantia. Subsequentemente, o passivo é mensurado com base na melhor estimativa da despesa requerida para liquidar a obrigação presente na data do balanço ou no valor reconhecido menos amortização, dos dois o maior. Não aplicável para a Companhia.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecidos na demonstração do resultado.

Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O seguinte critério é aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente (em 31 de dezembro) ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. Não aplicável para a Companhia.

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. Não aplicável para a Companhia.

Provisões gerais

As provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e há uma estimativa confiável do valor da obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Consistem basicamente em valores mantidos em caixa, bancos e outros investimentos de curto prazo com liquidez imediata, em montante conhecido de caixa, sujeito a um risco insignificante de mudança de valor e expectativa de utilização em período inferior a 90 dias.

c) Aplicações financeiras

Representadas, basicamente, por títulos de Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e cotas de fundos, com vencimento acima de 90 dias, e estão classificadas como restritas aos financiamentos com vencimento futuro e/ou pela intenção de realização como investimentos da Administração da Companhia. Os ativos financeiros estão classificados em categoria específica como ativos financeiros ao custo amortizado. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação.

d) Estoques

Representados substancialmente por imóveis rurais mantidos para venda, na não efetivação da venda as mesmas são utilizadas para a obtenção de rendas.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Administração da Companhia optou pelo registro a custo de aquisição, adicionado dos gastos incorridos e necessários para colocar os referidos imóveis rurais em utilização, considerando que para adotar o método de valor justo traria custo ou esforço excessivo.

e) Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido, quando aplicáveis, de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados ao componente irão fluir para a Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil-econômica estimada de cada componente demonstrada na Nota Explicativa nº 11.

f) Ativo biológico

Os ativos biológicos da Companhia correspondem, substancialmente, às culturas de soja e milho e são mensurados pelo valor justo menos as despesas de venda.

As lavouras de soja e milho são culturas temporárias, nas quais o produto agrícola é colhido após um período que varia de 110 a 180 dias após a data de plantio, dependendo da cultura, variedade, localização geográfica e condições climáticas. Essas lavouras são cultivadas pela Companhia com o objetivo de colher e comercializar o produto agrícola correspondente.

As premissas significativas utilizadas na determinação do valor justo desses ativos biológicos estão demonstradas na Nota Explicativa nº 8.

O valor justo dos ativos biológicos é determinado no seu reconhecimento inicial e na data-base das demonstrações contábeis. O ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos é determinado pela diferença entre o valor justo e os custos incorridos com plantio e tratamentos culturais dos ativos biológicos até o momento da avaliação sendo registrado no resultado do período na rubrica "Variação do valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas".

Em determinadas circunstâncias, a estimativa do valor justo menos as despesas de venda se aproxima do correspondente valor de custo de formação até aquele momento, especialmente quando uma pequena transformação biológica ocorre desde o momento inicial ou quando não se espera que o impacto dessa transformação sobre o preço seja material (basicamente no caso de lavouras plantadas a poucos dias do encerramento das demonstrações contábeis ou culturas de ciclo curto) sendo que, nesses casos, os gastos incorridos podem permanecer avaliados ao custo.

g) Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável.

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

Ao avaliar a perda de valor recuperável, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente do futuro fluxo de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis, quando aplicável. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão para recuperabilidade.

h) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

i) Provisões

Reconhecidas para obrigações presentes (legais ou presumidas) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício apresentado, considerando os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base no fluxo de caixa estimados para liquidá-los, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando se espera que alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for praticamente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

A provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários está registrada, quando aplicável e/ou necessário, de acordo com a avaliação de risco (perdas prováveis) efetuada pela Administração da Companhia e de sua controlada e por seus consultores jurídicos, inclusive quanto à classificação das perdas no longo prazo.

j) Reconhecimento da receita

A receita operacional é oriunda do curso normal das atividades dos contratos de parcerias agrícolas e é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias pode ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional pode ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor pode ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

k) Receita financeira e despesa financeira

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As distribuições recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto a valor presente das provisões. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

l) Imposto de renda e contribuição social

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

i.1) Impostos correntes

O regime de tributação é o lucro presumido, aplicando o percentual de 8% sobre as receitas operacionais e 100% sobre as receitas não operacionais, para apurar a base de cálculo do imposto de renda; daí se aplica a alíquota de 15% (acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente de R\$ 240 para imposto de renda). Para a contribuição social, aplicam-se os percentuais de 12% sobre as receitas operacionais e 100% sobre as receitas não-operacionais, para apurar a base de cálculo. A essa base se aplica a alíquota de 9%, chegando-se à contribuição social a recolher.

m) Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

n) Aspectos ambientais

A Companhia considera que suas instalações e atividades estão sujeitas às regulamentações ambientais. A Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

o) Decisão do STF sobre ‘coisa julgada’ em matéria tributária.

Em 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal (“STF” ou “Supremo”) concluiu o julgamento sobre a “coisa julgada” em tributos recolhidos de forma continuada, definindo que a decisão proferida em controle difuso cessa imediatamente os seus efeitos quando proferido novo julgamento, em sentido contrário, em ação direta de constitucionalidade ou em sede de repercussão geral pelo Supremo. Nesse mesmo julgamento, o STF rejeitou o pedido de modulação de efeitos da decisão, determinando o recolhimento dos valores passados, desde que respeitado o prazo de prescrição. A Companhia avaliou os impactos desta decisão e concluiu que não existe impacto relevante nas demonstrações contábeis e na destinação do resultado do período em decorrência de tal decisão.

p) Normas e interpretações novas e revisadas aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações contábeis.

Classificação dos passivos como circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26/IAS 1)

As alterações, emitidas em 2020, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023.

No entanto, o IASB propôs posteriormente novas alterações ao IAS 1 e o adiamento da data de vigência das alterações de 2020 para períodos anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024.

Devido esta norma está sujeita à desenvolvimentos futuros, a Companhia não pode determinar o impacto dessas alterações nas demonstrações contábeis no período de aplicação inicial. A Companhia está monitorando de perto os desenvolvimentos futuros.

Outras Normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia:

- IFRS 17 Contratos de Seguros.
- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS *Practice Statement*).
- Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23/IAS 8).

4. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

Caixa e equivalentes de caixa

Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos.

Passivos financeiros não derivativos

O valor justo, determinado para fins de divulgação é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações contábeis.

5. Caixa e equivalentes de caixa e aplicação financeira

	31/12/2022	31/12/2021
Bancos conta movimento	1.313.464	8.499
Aplicações financeiras (liquidez imediata)	163.394	616.675
Aplicações financeiras	3.840.972	-
Total	5.317.830	625.174
Caixa e equivalentes	1.476.858	625.174
Aplicação Financeira	3.840.972	-

O saldo de bancos compreende valores que serão utilizados para pagamentos de compromissos no início do mês subsequente ao encerramento do exercício.

As aplicações financeiras correspondem a fundos de investimentos e CDBs que busquem remuneração acima da variação do CDI (SELIC) no período. Visando uma melhor remuneração foi adquirida uma aplicação com vencimento para o mês de setembro.

A exposição da Companhia a risco de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na Nota Explicativa nº 23 – Instrumentos Financeiros.

6. Contas a receber de clientes

	31/12/2022	31/12/2021
Bunge Alimentos	-	119.466
Eucleides Noglio Merlin	3.108.546	6.180.000
Outros	33.224	-
Total	3.141.770	6.299.466

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, quando necessária, é constituída em montante considerado suficiente pela Administração, diante de eventuais perdas.

7. Estoques

	31/12/2022	31/12/2021
Imóveis rurais	43.974.971	43.914.971
Benfeitorias e melhoramentos (a)	16.233.035	16.293.035
Defensivos	-	1.316.661
Outros	-	95.912
Total	60.208.006	61.620.579

(a) Benfeitorias e melhoramentos incorporados com a “abertura” dos imóveis rurais

A Administração da Companhia tem a intenção de vender seus estoques, representados substancialmente por imóveis rurais mantidos, para obtenção de rendas através de contratos de parceria agrícola. Assim, a Administração entende que essas propriedades rurais devem ser registradas na referida rubrica, tendo em vista que seu objeto social é a compra, venda, arrendamento e produção agrícola direta e/ou em parceria, de imóveis rurais.

As propriedades rurais, classificadas em estoques, estão mensuradas a custo de aquisição e/ou formação.

8. Ativo biológico

	31/12/2022	31/12/2021
Ativo biológico – Grãos (i)	12.474.020	18.663.975
Ativo biológico – Rebanho (ii)	6.660.926	6.785.570
Muares	34.000	-
Total	19.168.946	25.449.545
Custo	13.563.928	14.334.915
Valor justo	5.605.018	11.114.630

(i) Ativo biológico Grãos

	Grãos
Saldo dos ativos biológicos em 31 de dezembro de 2020	11.370.649
Ativo biológico – custos de formação	9.983.197
Redução decorrente da colheita	(11.370.649)
Variação do valor justo	8.680.778
Saldo dos ativos biológicos em 31 de dezembro de 2021	18.663.975
Ativo biológico – custos de formação	9.249.298
Redução decorrente da colheita	(9.983.197)
Variação do valor justo	(5.456.056)
Saldo dos ativos biológicos em 31 de dezembro de 2022	12.474.020

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia explorava cerca de 1.619 hectares de terras (em 31 de dezembro de 2021, cerca de 2.265 hectares) cultiváveis, localizadas no Estado de Tocantins e nelas são cultivadas culturas temporárias (soja e milho).

O valor justo dos ativos biológicos da Companhia representa o valor, na pendência da colheita do presente ano safra, estimativa de rentabilidade futura estimada, de acordo com o nível III – Abordagem de Receita estabelecido pelo CPC 46 – Mensuração do Valor Justo (IFRS 13), para esses ativos, o qual é determinado por meio da aplicação de premissas estabelecidas pela Administração da Companhia.

As terras próprias em que as lavouras estão plantadas são classificadas no estoque e não integram o valor justo dos ativos biológicos.

Principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo

- Entradas de caixa obtidas pela multiplicação da: (i) produção estimada, medida em sacas de 60 kg para a soja e, (ii) do preço do mercado de cada produto., quando disponível;
- Saídas de caixa representadas pela estimativa de: (i) custos necessários para que ocorra a transformação biológica da cultura (tratos culturais) até a colheita; (ii) custos com a Colheita, Carregamento e Transporte (CCT) e, (iii) custo de capital, incluindo o aluguel das terras e de máquinas e equipamentos;
- Com base na estimativa de receitas e custos, a Companhia determina o valor justo dos ativos biológicos, que são registrados na rubrica de ativos biológicos e tem como contrapartida a rubrica "Variação do valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas" no resultado do exercício; e
- O modelo e as premissas utilizadas na determinação do valor justo representam a melhor estimativa da Administração na data das demonstrações contábeis e são revisados anualmente e, se necessário, ajustados.

Análise de sensibilidade

A Administração considera que o resultado obtido com a mensuração do valor justo dos ativos biológicos é sensível à variação das premissas descritas acima, e que o resultado real pode vir a aumentar ou reduzir em caso de diferenças entre os valores estimados e aqueles realizados no momento da colheita desses ativos.

As principais premissas que foram utilizadas na determinação do valor justo dos ativos biológicos são como segue:

Premissas da cultura de soja	2022	2021
Área total estimada de colheita (ha)	1.519	1.915
Produtividade prevista em sacas/arrobas, líquido de parcerias agrícolas	62,87	54
Preços em R\$	160	158

Premissas da cultura de milho	2022	2021
Área total estimada de colheita (ha)	100	350
Produtividade prevista em sacas/arrobas, líquido de parcerias agrícolas	100	120
Preços em R\$	70	75

(i) Rebanhos

A Companhia possui atividades pecuárias, referentes a aumento de rebanho decorrente de operações de confinamento de gado ou de gado a pasto que estão sujeitas a realizar a valorização de seus ativos, a fim de se determinar o valor justo dos mesmos, baseando-se no conceito de valor a mercado “*Mark to Market (MtM)*”, menos as despesas estimadas de vendas, no mínimo durante os encerramentos trimestrais, reconhecendo os efeitos destas valorizações diretamente no resultado dos períodos e exercícios. Em 31 de dezembro de 2022, o rebanho era composto de 2.396 bovinos (Em 31 dezembro de 2021, 1.801).

As operações relativas aos ativos biológicos da Companhia são representadas por gado bovino a pasto (extensivo) e por gado bovino de confinamento de curto prazo (intenso). A valorização a mercado é mensurada de forma confiável, em virtude da existência de mercados ativos para essa avaliação, e encontram-se representados conforme a seguir:

	Rebanho
Saldo em 31 de dezembro de 2020	666.224
Aumento devido a aquisição	3.794.955
Perdas	(109.461)
Mudança no valor justo menos despesas estimadas de venda	2.433.852
Saldo em 31 de dezembro de 2021	6.785.570
Custos operacionais	493.468
Baixa devido a venda	(516.320)
Perdas	(48.237)
Mudança no valor justo menos despesas estimadas de venda	(53.555)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	6.660.926

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia não possuía quaisquer tipos de ativos biológicos com titularidade restrita ou dados como garantia de exigibilidades, bem como não existiam quaisquer outros riscos (financeiros, compromissos e climáticos) que impactassem os ativos biológicos da Companhia.

9. Investimento

	31/12/2022	31/12/2021
Quotas Capital Cocred	252.258	221.792
Quotas Capital Credicitrus	1.029	-
Investimentos	253.287	221.792

10. Partes relacionadas

	Valores		Valores		Valores		Curto prazo	Longo prazo
	Saldo em 31/12/20	Valores pagos	Atualizados/Recebidos	Saldo em 31/12/21	Valores pagos	Atualizados/Recebidos		
Fernando Luis Cardoso Bueno	2.390.472	(184.633)	-	2.205.839	(1.350.563)	-	855.276	-
Mathias Alexey Woelz	17.324.163	(2.000.000)	-	15.324.163	(2.459.346)	-	12.864.817	-
Paulo Battistella Bueno	1.964.545	(45.032)	-	1.919.514	(472.788)	-	1.446.726	-
Marcelo Battistella Bueno	1.020.653	-	-	1.020.653	-	-	1.020.653	-
Sergio Battistella Bueno	2.996.453	-	-	2.996.452	(1.338.887)	-	1.657.565	-
Empréstimos (instituições financeiras)	6.579.901	(4.190.136)	13.281.959	15.671.724	(11.234.934)	4.149.015	8.585.805	3.782.656
Total	32.276.187	(6.419.801)	13.281.959	39.138.345	(16.856.518)	4.149.015	26.430.842	3.782.656

Remuneração do pessoal-chave da Administração

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia não contabilizou despesa com remuneração de seu pessoal-chave.

No exercício de 2022 e 2021 não houve concessão de benefícios de longo prazo pós-emprego, plano de aposentadoria, de rescisão de contrato de trabalho nem remuneração baseada em ações.

11. Imobilizado

	31/12/2021		31/12/2022	
	Depreciação Acumulada	Líquido	Depreciação Acumulada	Líquido
Implementos agrícolas	(576.835)	1.356.529	(576.835)	1.356.529
Máquinas agrícolas	(2.886.000)	3.529.512	(2.886.000)	3.529.512
Caminhões	(186.759)	-	(186.759)	-
Silos e secadores	(149.514)	173.518	(149.514)	173.518
Veículos	(302.011)	-	(302.011)	-
Custo formação pastagem	-	4.266.881	-	4.266.881
Imobilizado em andamento (silos e currais)	-	5.743.083	-	5.743.083
Rebanho (reprodutores)	-	470.544	-	470.544
Consórcios para aquisição de imobilizado	-	81.506	-	81.506
Outros	(58.543)	308.200	(58.543)	308.200
Total	(4.159.662)	15.929.773	(4.159.662)	15.929.773

	31/12/2020		31/12/2021		31/12/2022	
	Taxas anuais de depreciação	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Depreciação Acumulada	Líquido
Implementos agrícolas	10%	1.933.364	(576.835)	1.356.529	(576.835)	1.356.529
Máquinas agrícolas	10%	6.415.512	(2.886.000)	3.529.512	(2.886.000)	3.529.512
Caminhões	25%	186.759	(186.759)	-	(186.759)	-
Silos e secadores	4%	323.032	(149.514)	173.518	(149.514)	173.518
Veículos	20%	302.011	(302.011)	-	(302.011)	-
Custo formação pastagem	-	4.266.881	-	4.266.881	-	4.266.881
Imobilizado em andamento (silos e currais)	-	5.743.083	-	5.743.083	-	5.743.083
Rebanho (reprodutores)	-	470.544	-	470.544	-	470.544
Consórcios para aquisição de imobilizado	-	81.506	-	81.506	-	81.506
Outros	-	366.743	(58.543)	308.200	(58.543)	308.200
Total		20.089.435	(4.159.662)	15.929.773	(4.159.662)	12.031.266

	31/12/2020		31/12/2021		31/12/2022	
	Adição/Baixa	Adição/Baixa	Adição/Baixa	Adição/Baixa	Adição/Baixa	Adição/Baixa
Implementos agrícolas	594.670	80.000	674.670	1.258.694	1.933.364	
Máquinas agrícolas	2.951.070	250.000	3.201.070	3.214.442	6.415.512	
Caminhões	186.759	-	186.759	-	186.759	
Silos e secadores	133.847	67.645	201.492	121.540	323.032	
Veículos	302.011	-	302.011	-	302.011	
Custo formação pastagem (em andamento)	3.558.915	52.813	3.611.728	655.153	4.266.881	
Imobilizado em andamento (silos e currais)	6.043.761	91.557	6.135.318	(392.235)	5.743.083	
Imobilizado em andamento (rebanho)	481.387	23.657	505.044	(34.500)	470.544	
Consórcios para aquisição de imobilizado	135.665	17.543	153.208	(71.702)	81.506	
Outros	352.907	168.965	521.872	(155.129)	366.743	
Total	14.740.992	752.180	15.493.172	4.596.263	20.089.435	

Movimentação da depreciação	31/12/2020	Adição/Baixa	31/12/2021	Adição/Baixa	31/12/2022
Implementos agrícolas	(404.216)	(40.024)	(444.240)	(132.595)	(576.835)
Máquinas agrícolas	(2.228.569)	(174.363)	(2.402.931)	(483.069)	(2.886.000)
Caminhões	(186.759)	-	(186.759)	-	(186.759)
Silos e secadores	(64.807)	(34.493)	(99.299)	(50.215)	(149.514)
Veículos	(257.275)	(28.303)	(285.577)	(16.434)	(302.011)
Outros	(8.804)	(34.296)	(43.100)	(15.443)	(58.543)
Total	(3.150.430)	(311.479)	(3.461.906)	(697.756)	(4.159.662)

Bens em garantia

Os bens adquiridos via FINAME (caminhões, máquina e implementos agrícolas) são garantias dos próprios financiamentos.

12. Fornecedores

	31/12/2022	31/12/2021
Synagro Comercial Agrícola S.A.	899.867	385.544
Avantiagro Comercial Agrícola Ltda	559.307	-
Total Biotecnologia Indústria e Comércio S.A.	253.832	-
Liber Agrosience Ltda	148.620	-
Fornecedores diversos	402.779	270.538
Adam Getlinger (i)	5.540.978	5.540.978
Total	7.805.383	6.197.060
Circulante	2.264.405	656.081
Não Circulante	5.540.978	5.540.978

A exposição da Companhia a risco de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na Nota Explicativa nº 23 – Instrumentos Financeiros.

(i) A Companhia tem ajuizada contra si uma ação de resolução contratual com pedido de reintegração de posse, em tramite, que lhe é promovida por Adam Getlinger. O processo em referência, ainda em fase postulatória, sem que tenha sido proferido despacho saneador, objetiva pela parte autora a resolução contratual por conta de alegada ausência de purga da mora, do preço ajustado no contrato de compromisso de compra e venda dos imóveis, e por parte da Companhia, em reconvenção, pleiteia a adjudicação compulsória dos mesmos. A Companhia depositou durante o exercício judicialmente o valor devido e ajustado contratualmente no montante de R\$ 11.728.790 conforme autos da interpelação judicial promovida.

13. Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Encargos e taxa de juros	31/12/2022	31/12/2021
Finame	Juros de 3,4 a 5,62% a.a.	28.342.625	25.371.269
Cédula de Produtor Rural – (CPR)	Juros de 12% a.a.	13.485.967	3.011.970
Cédula de Crédito Bancário	Juros de 7,5 a 12,41% a.a.	543.583	397.014
Total de empréstimos		42.372.175	28.780.253
Circulante		28.661.208	16.763.426
Não circulante		13.710.967	12.016.827

A Companhia não divulgou o valor justo dos empréstimos e financiamentos por entender que esse valor se aproxima do valor contábil.

Em 31 de dezembro de 2022, não há cláusulas restritivas (*covenants*) a serem cumpridas, tais como índices operacionais e econômico-financeiros, e não há instrumentos financeiros derivativos em aberto pela Companhia.

Garantias

A totalidade dos empréstimos e financiamentos é garantida por hipotecas e alienações fiduciárias, incluindo ativos e avais. Os ativos oferecidos em garantia de empréstimos e financiamentos pertencem à Companhia.

Movimentação

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	28.780.253	36.082.505
Captação	26.007.769	18.871.975
Pagamento (principal e juros)	(15.026.646)	(28.924.248)
Atualização	2.610.799	2.750.021
Saldo final	42.372.175	28.780.253

14. Adiantamentos de clientes

	31/12/2022	31/12/2021
Jacob Lauck	15.521.280	-
Total	15.521.280	-

Saldo referente a uma transação de venda de lotes rurais.

15. Patrimônio líquido

O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 20.000.000,00 (em 31 de dezembro de 2021, mesmo valor) composto por 20.000.000 ações (em 31 de dezembro de 2021, mesma quantidade). As ações ordinárias sem valor nominal em 31 de dezembro de 2022 estão demonstradas a seguir:

Acionista	Subscritas	Ações integralizadas	Participação %
Mathias Alexey Woelz	4.676.708	4.676.708	23,38%
Fernando Luis Cardoso Bueno	4.676.708	4.676.708	23,38%
Sergio Battistella Bueno	4.676.708	4.676.708	23,38%
Paulo Battistella Bueno	4.676.708	4.676.708	23,38%
Praxis Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda.	525.490	525.490	2,63%
Marcelo Battistella Bueno	388.896	388.896	1,94%
João Pedro Ferraz Bueno	148.782	148.782	0,74%
Sebastião da Silva Pimentel Júnior	140.000	140.000	0,70%
Laércio Aparecido Branco	70.000	70.000	0,35%
Eliton de Almeida Santos	20.000	20.000	0,10%
Total	20.000.000	20.000.000	100%

Resultado do exercício

Do resultado apurado em cada exercício serão deduzidos, antes de qualquer outra participação, os prejuízos acumulados e a provisão para imposto de renda. Eventual prejuízo do exercício será obrigatoriamente absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem.

Reserva legal

Do lucro líquido apurado no exercício, será deduzida a parcela de 5% (cinco por cento) para a constituição de reserva legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social.

Dividendos mínimos obrigatórios

Do saldo restante, após absorção do prejuízo acumulado, feitas as deduções e destinações, será distribuído aos acionistas um dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, ajustado de acordo com o Artigo nº 202 da Lei nº 6.404/76.

O saldo remanescente, após atendidas as disposições legais, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.

16. Receita líquida

	31/12/2022	31/12/2021
Receita: Comercialização de soja	19.611.140	14.858.984
Receita: Comercialização de milho	1.500.000	-
Receita: Comercialização de gado	1.128.906	270.399
(-) Devolução	(116.615)	(229.483)
Total	22.123.431	14.899.900
(-) Impostos		
PIS	(6.918)	(59.652)
Cofins	(31.931)	(275.316)
SENAR	(50.825)	(41.441)
Total	(89.674)	(376.409)
Total	22.033.757	14.523.491

17. Custos e despesas gerais e administrativas

	31/12/2022	31/12/2021
Defensivos	(4.858.037)	(2.778.383)
Aubos e fertilizantes	(2.455.204)	(1.988.846)
Sementes	(2.412.572)	(1.687.483)
Serviços prestados terceiros	(486.145)	(136.588)
Manutenções	(1.116.102)	(599.457)
Custo do gado vendido	(516.320)	-
Mortalidade gado	(48.237)	-
Soja em estoque	(3.185.912)	-
Depreciações	(697.756)	(311.479)
Comissões	(1.019.879)	-
Combustíveis	(1.663.800)	(677.158)
Taxas e tributos	(415.698)	(160.016)
Perdas com títulos	(119.466)	-
Outros	(1.756.995)	(544.465)
Total	(20.752.123)	(8.883.875)
Custo dos produtos vendidos	(17.694.444)	(7.761.420)
Despesas gerais e administrativas	(3.057.679)	(1.122.455)

18. Resultado financeiro

	31/12/2022	31/12/2021
Receita financeira		
Outras receitas	-	19.931
IOF	(22.849)	-
Rendimentos financeiros	783.269	2.406.652
Total	760.420	2.426.583
Despesa financeira		
Juros passivos	(3.531.651)	(2.697.419)
Despesas contratuais de financiamentos	(171.052)	(98.454)
Outras despesas	(8.903)	(1.470.134)
Total	(3.711.606)	(4.266.007)
Resultado financeiro líquido	(2.951.186)	(1.839.424)

19. Outras receitas e despesas operacionais

	31/12/2022	31/12/2021
Venda de propriedade rural	-	9.118.000
Terra nua	-	(3.805.562)
Outras despesas	(69.649)	(263.374)
Total	(69.649)	5.049.064

20. Imposto de renda e contribuição social

Os cálculos do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, bem como suas respectivas declarações, quando exigidas, estão sujeitos à revisão por parte das autoridades fiscais por períodos e prazos variáveis em relação à respectiva data do pagamento ou entrega da declaração de rendimentos.

O Imposto de Renda foi calculado considerando as atuais alíquotas, e a Contribuição Social sobre o lucro foi apurada considerando-se a taxa de 8%, conforme a legislação em vigor.

A conciliação do resultado dos impostos diretos segue demonstrada:

	31/12/2022	31/12/2021
Imposto de renda		
Faturamento	22.240.046	15.129.383
(-) Vendas canceladas	(116.615)	(229.483)
(-) ICMS /PIS/Cofins/Funrural	(89.674)	376.409
Base de cálculo	22.033.757	14.899.900
Percentual de presunção	8%	8%
Base de cálculo – faturamento	1.762.701	1.191.991
Outras receitas	-	3.676.122
Receita financeira	750.051	-
Base de cálculo total	2.512.752	4.868.114
Alíquota	15%	15%
IRPJ a recolher	376.913	730.217
Adicional	10%	10%
IRPJ a recolher (adicional)	233.275	337.700
IR	595.013	1.067.917

31/12/2022

31/12/2021

Contribuição social a recolher		
Faturamento	22.240.046	15.129.383
(-) Vendas canceladas	(116.615)	(229.483)
(-) Vendas canceladas/devoluções/IPI e ICMS ST	(89.674)	376.409
Base de cálculo	22.033.757	14.899.900
Percentual de presunção	12%	12%
Base de cálculo - faturamento	2.644.051	1.191.991
Outras receitas	-	3.499.313
Receita financeira	750.051	-
Base de cálculo total	3.394.102	5.287.301
Alíquota	9%	9%
CSLL	223.580	475.858
IR/CSLL	818.593	1.543.775

Impostos diferidos

Os impostos diferidos são decorrentes da adoção do pronunciamento contábil CPC 29 (R1) – Ativo Biológico conforme composição que segue:

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia estão apresentados a seguir:

Varição do valo justo do ativo biológico	(5.509.611)	6.153.456
Base de presunção IR – 8%	(440.466)	491.889
Alíquota do IR – 25%	(110.117)	122.972
Base de presunção CS – 12%	(661.153)	738.415
Alíquota do CS – 9%	(59.498)	66.383
Total	(169.615)	189.355

21. Depósitos Judiciais

A Companhia tem ajuizada contra si uma ação de resolução contratual com pedido de reintegração de posse, em tramite, que lhe é promovida por Adam Getlinger. O processo em referência, ainda em fase postulatória, sem que tenha sido proferido despacho saneador, objetiva pela parte autora a resolução contratual por conta de alegada ausência de purga da mora, do preço ajustado no contrato de compromisso de compra e venda dos imóveis, e por parte da Companhia, em reconvenção, pleiteia a adjudicação compulsória dos mesmos. A Companhia depositou durante o exercício judicialmente o valor devido e ajustado contratualmente no montante de R\$ 11.728.790 conforme autos da interposição judicial promovida.

Saldo em 31/12/2021	-
Depósitos judiciais	11.728.790
Saldo em 31/12/2022	11.728.790

22. Provisão para contingências

A Companhia é parte integrante em demandas judiciais que fazem parte do curso normal dos seus negócios, para as quais a administração julgou pela não necessidade de constituição de provisão com base na opinião de seus consultores jurídicos. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia não possuía processos cuja materialização na avaliação dos assessores jurídicos é possível de perda, mas não provável.

23. Instrumentos financeiros

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia estão apresentados a seguir:

Gestão de risco de capital

A Administração da Companhia gerencia seus recursos a fim de assegurar a continuidade dos negócios e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos, além de prover retorno aos acionistas.

A estrutura de capital da Companhia consiste em caixa e equivalentes de caixa e patrimônio líquido, compreendendo o capital social e os lucros acumulados.

Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade em liquidar seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de fornecedores em relação ao prazo médio de giro dos ativos circulantes, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar ativo maior que o passivo.

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são de salvaguarda da capacidade e continuidade das operações, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custo e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos e investimentos nos negócios existentes.

Valor justo dos instrumentos financeiros contabilizados ao custo amortizado

Os instrumentos financeiros mantidos pela Companhia são registrados ao custo amortizado e aproximam-se de seu valor justo, como segue:

- **Fornecedores:** possuem prazo médio de 30 dias; e
- **Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas:** estão substancialmente indexados ao CDI.

Uma vez que a natureza, a característica e as condições contratadas estão refletidas nos saldos contábeis, os saldos elegíveis são ajustados a valor presente quando aplicável. A Companhia não mantém instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos de riscos semelhantes. Diferenças poderiam ocorrer se esses valores fossem liquidados antecipadamente:

Ativos	31/12/2022	31/12/2021
Bancos conta movimento	1.313.464	8.499
Aplicações financeiras (liquidez imediata)	163.394	616.675
Aplicações financeiras	3.840.972	-
Passivo		
Fornecedores	(2.264.405)	(6.197.059)

24. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis. Consequentemente, não foram analisadas pelos auditores independentes.

25. Eventos subsequentes

A Companhia reconheceu no exercício 2023 antes da emissão deste relatório a operação de venda dos lotes rurais cujo saldo já recebido no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 estava contabilizado em adiantamento de clientes (Nota Explicativa nº 14), oferecendo todos os montantes recebidos a tributação.